



Índice

- 01** Frente Quilombola/RS protocola no MPF representação contra deputados Luis Carlos Heinze (PP) e Alceu Moreira (PMDB) por incitação ao ódio contra quilombolas, indígenas e homossexuais
- 02** Justiça proíbe tráfego de caçambas de empresas mineradoras em comunidades de Jacobina
- 03** Mais uma área ocupada na região de Belo Monte
- 04** Menino indígena levado pela PF durante ação é devolvido aos pais
- 05** Acre pactua ações de proteção e promoção aos Povos Indígenas no estado
- 06** Funai realiza reunião em Manaus para tratar de questões da região
- 07** Programa Arpa lança editais para integrar comunidades tradicionais
- 08** Esposa e filha de agricultor assassinado estão sob proteção policial
- 09** Guerra Civil na Bahia: Assassinato de agricultor revela máfia de criação de índios falsos pela Funai. Produtores rurais protestam contra atuação do Ministério Público Federal
- 10** Atuação da AGU garante expropriação de imóvel rural pela Funai
- 11** Agricultor assassinado por índios na Bahia denunciou conflito ao próprio Ministro da Justiça



- 12 [Sobre o assassinato do agricultor por índios falsos no sul da Bahia](#)
- 13 [Grupo de Trabalho Interministerial sobre Convenção 169 promove última reunião](#)
- 14 [O dilema dos índios urbanos que querem estudar](#)
- 15 [Cestas atrasam e deixam indígenas sem alimentos em MS](#)
- 16 [Falta solidariedade com famílias rurais invadidas, por José Zeferino Pedrozo](#)
- 17 [Hoje, sou um homem jurado de morte, disse Juraci Santana em agosto de 2013. Foi assassinado em fevereiro de 2014](#)
- 18 [Índigena de 10 anos que teria sofrido abuso sexual da à luz em hospital](#)
- 19 [Deputado pede demarcação de terras indígenas para fim de conflito](#)
- 20 [CIR vai reunir mil indígenas em assembleia no Lago Caracaranã](#)
- 21 [Rio Uraricoera sofre sérios danos pela garimpagem ilegal em terras indígenas](#)
- 22 [Ibama forma brigadistas indígenas em Roraima](#)
- 23 [Índios apedrejam destacamento e chegam a manter PMs como reféns](#)
- 24 [Índios acusam deputados ruralistas de apoiar violência](#)
- 25 ['índios, gays e lésbicas' são 'tudo que não presta' Diz deputado](#)
- 26 [Deputado do PT faz campanha contra os Índios](#)
- 27 [Indígenas tentam invadir quartel da PM após prisão de índio em MT](#)
- 28 [Equipes da Funai realizam monitoramento na Terra Indígena Marãiwatsédé](#)
- 29 [Reserva indígena tem edital lançado pelo Estado](#)
- 30 [Comunidades mantêm hábitos alimentares tradicionais](#)

Frente Quilombola/RS protocola no MPF representação contra deputados Luis Carlos Heinze (PP) e Alceu Moreira (PMDB) por incitação ao ódio contra quilombolas, indígenas e homossexuais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.02.2014



Ilmo. Sr . Dr . Procurador Federal do Ministério Público Federal da 4ª Região – Estado do Rio Grande do Sul -RS.

Núcleo de Comunidades Indígenas e Minorias Étnicas.

Dr . Julio Carlos Schwonke de Castro Junior

DENÚNCIA/REPRESENTAÇÃO CONTRA

A- Luís Carlos Hoinze – deputado federal – PP/RS – membro da Frente Parlamentar Agropecuária

B- Alceu Moreira – deputado federal – PMDB/RS.

A Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas-RS, Quilombos da Família Machado, Quilombo da Família Fidelix, Quilombo de Candiota, Quilombo de Morro Alto, Quilombo da Família Silva vêm por meio desta e por intermédio de seus procuradores infra-assinados requerer o que segue:

Os ora denunciados, em Audiência Pública realizada no Município de Vicente Dutra, consoante comprova o vídeo em anexo, proferiram, perante platéia de “produtores rurais”, ofensas a quilombolas, indígenas e homossexuais, inclusive incitando à violência armada contra esses povos, que categoricamente são sujeito de Direitos, conforme previsto em nossa Vigente Carta Magna através dos artigos 231 e 68(ADCT) da CF de 1988, bem como Tratados Internacionais ratificados pelo Estado Brasileiro com destaque especial para a Convenção 169 da OIT.

Os ataques extrapolam aos povos ofendidos e atingem, também, organizações de apoio, como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e ao próprio Ministério Público Federal , que nada mais faz do que cumprir com suas atribuições legais como previsto nos artigos 127 e 129 , incisos III e V da Constituição Federal de 1988, verbis:

CONT.



"Artigo 129.

....

III- promover o inquérito civil e ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivo;

...

V- defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; "

Os Parlamentares, destarte, suas posições Políticas prestam um juramento de respeitar a Constituição Federal e, no presente caso, como comprovam a transcrição abaixo, oriunda do BLOG da APIB (ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL) vulneram tal juramento, ao não reconhecer que Quilombolas e Indígenas são sujeitos de Direito e ainda incitam a plateia da Audiência Pública, que acolhe com aplausos calorosos a fazer o mesmo, inclusive citando exemplos de atitudes como essas em outros Estados, como no Pará e Mato Grosso.

Os dados de violência e assassinatos de Indígenas e Quilombolas, no nosso Estado nos Estados referidos pelos Deputados ora denunciados, revelam que não se trata de discurso vazio mas de uma ação orquestrada e planejada de desrespeito e negação de Direitos aos Povos .

Pedimos vênica para a transcrição abaixo da matéria presente no Blog da APIB, bem como informamos o link para o vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=PjcUOQbuvXU>.

DEPUTADO DIZ QUE QUILOMBOLAS, ÍNDIOS E HOMOSSEXUAIS SÃO "TUDO O QUE NÃO PRESTA" E INCITA VIOLÊNCIA

VÍDEO 12 DE FEVEREIRO DE 2014 - APIB 25 ANOS DO ARTIGO 231 2 – COMENTÁRIOS

Um vídeo gravado em audiência pública com produtores rurais, em Vicente Dutra (RS), registra discursos de deputados da bancada ruralista estimulando que agricultores usem de segurança armada para expulsar indígenas do que consideram ser suas terras.

"Nós, os parlamentares, não vamos incitar a guerra, mas lhes digo: se fartem de guerreiros e não deixem um vigarista desses dar um passo na sua propriedade. Nenhum! Nenhum! Usem todo o tipo de rede. Todo mundo tem telefone. Liguem um para o outro imediatamente. Reúnam verdadeiras multidões e expulsem do jeito que for necessário", diz o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS). "A própria baderna, a desordem, a guerra é melhor do que a injustiça", defende.

Ele afirma que o movimento pela demarcação de terras indígenas seria uma "vigarice orquestrada" pelo ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Moreira diz também que tal movimento seria patrocinado pelo Ministério Público Federal, o qual, segundo ele, defenderia a "injustiça".

No vídeo, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado federal Luís Carlos Heinze (PP-RS), diz que índios, quilombolas, gays e lésbicas são "tudo que não presta".

"Quando o governo diz: 'nós queremos crescimento, desenvolvimento. Tem de ter fumo, tem de ter soja, tem de ter boi, tem de ter leite, tem de ter tudo, produção'. Ok! Financiamento.



Boletim de Notícias - Edição nº 28./ 2014

Brasília, 13 de fevereiro de 2014.

Estão cumprimentando os produtores: R\$ 150 bilhões de financiamento. Agora, eu quero dizer para vocês: o mesmo governo, seu Gilberto Carvalho, também é ministro da presidenta Dilma. É ali que estão aninhados quilombolas, índios, gays, lésbicas. Tudo o que não presta ali está aninhado”, discursa Heinze.

Ele também sugere a ação armada dos agricultores. “O que estão fazendo os produtores do Pará? No Pará, eles contrataram segurança privada. Ninguém invade no Pará, porque a brigada militar não lhes dá guarida lá e eles têm de fazer a defesa das suas propriedades”, diz o parlamentar. “Por isso, pessoal, só tem um jeito: se defendam. Façam a defesa como o Pará está fazendo. Façam a defesa como o Mato Grosso do Sul está fazendo. Os índios invadiram uma propriedade. Foram corridos da propriedade. Isso aconteceu lá”.

Promovida pelo também deputado ruralista Vilson Covatti (PP-RS), que pertence à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara, a audiência pública aconteceu em novembro do ano passado e seu tema foi o conflito dos produtores rurais com os indígenas do povo Kaingang, que vivem na Terra Indígena Rio dos Índios, de 715 hectares.

Em dezembro do ano passado, produtores rurais do Mato Grosso do Sul organizaram um leilão para arrecadar recursos para a contratação de seguranças privados para impedir a ocupação de comunidades indígenas. O evento recolheu mais de R\$ 640 mil e foi apoiado pela bancada ruralista. Parlamentares como a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), estiveram presentes e defenderam a iniciativa.

Nestes termos, requer seja recebida a presente denúncia, para as devidas providências legais cabíveis, em especial a instauração do devido Inquérito Civil Público e ajuizamento da Ação Civil Pública, contra os denunciados, inclusive no que se refere à vinculação dos mesmos com ações armadas e empresas de segurança contra indígenas e quilombolas nos Estados Referidos e confessados abertamente pelos denunciados, bem como a responsabilização civil e criminal dos mesmos, independente da flagrante quebra do decoro parlamentar.

E. Deferimento

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2014

Onir de Araujo Henrique Oliveira
OAB/RS 35018 OAB/RS 72904



Justiça proíbe tráfego de caçambas de empresas mineradoras em comunidades de Jacobina

SÍTIO MP/BA, 12.02.2014

As empresas Yamana Jacobina Holdings BV e Jacobina Mineração e Comércio Ltda. foram proibidas pela Justiça de trafegar seus caminhões e caçambas nas vias públicas de acesso às comunidades de Itapicuru, Canavieira e Jabuticaba, no município de Jacobina. Elas terão que utilizar uma estrada própria, existente dentro da sua propriedade, atendendo condicionantes ambientais para preservar a saúde da população. A decisão liminar foi concedida ontem, dia 11, pelo juiz da comarca João Paulo Guimarães Neto, atendendo solicitação apresentada em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Pablo Almeida. O descumprimento da determinação judicial gera multa diária no valor de R\$ 20 mil.

Na ação, o promotor de Justiça aponta que as empresas estavam provocando poluição atmosférica com o transporte sem qualquer proteção de material sólido retirado da mineração, dispersando constantemente partículas de poeira e pedras, o que acarreta risco para a saúde dos moradores dos três povoados. Além disso, o tráfego intenso dos caminhões e caçamba levantava nuvens de poeira do solo. A situação foi relatada pelas comunidades em inquérito civil, instaurado pelo MP em 2011, e também constatada em fotografias e durante fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Na decisão, o juiz destaca que as fotos apresentadas aos autos “deixam demonstrados o tráfego de caçamba transportando material sólido sem cobertura, na transição da via não asfaltada para a asfaltada e, nesta, é possível constatar o grande depósito de sólidos no trajeto”. As empresas também desconsideraram advertências do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) para que as vias fossem molhadas com o intuito de assentar a poeira, o que inclusive foi colocado como condicionante ambiental para a renovação de licença de operação. “Não há qualquer prova do cumprimento da condicionante, e sim do inverso”, diz o juiz.

Mais uma área ocupada na região de Belo Monte

SÍTIO MAB AMAZÔNIA, 12.02.2014



MAB – Com a implantação da Barragem de Belo Monte, toda a região vem sofrendo forte pressão, com aumento do preço da terra, do aluguel, da comida. Esta é a segunda ocupação na região de Brasil Novo

Nesse domingo (9) oito famílias, que somam vinte pessoas, ocuparam terreno público de mil metros quadrados abandonado há mais de trinta anos na Vila Carlos Pena Filho (Km 40), na divisa de Altamira com Brasil Novo. Eles já limpam toda a área, dividiram os lotes e já começam a plantar e construir suas casas.

Segundo os ocupantes, eles foram ameaçados por familiares de um senhor que se diz proprietário da área. Ainda contaram que a Prefeitura de Altamira pretende abrir uma nova rua na área. Mas eles estão dispostos a lutar pela conquista do direito à moradia.

Com a implantação da Barragem de Belo Monte, toda a região vem sofrendo forte pressão, com aumento do preço da terra, do aluguel, da comida. O casal Soniel Wondinei Bufflebem Nascimento e Aldaione Mendonça da Conceição Bufflebem, que tem um filho de 2 anos e meio, está entre os ocupantes. Soniel afirmou: 'moro de favor, o dono da casa precisa dela até dia 15 de fevereiro e não temos para onde ir. Olhei uma casa, mas o aluguel é de 400 reais por mês. Por isso fui para a área da ocupação'.

Os ocupantes estão fazendo um trabalho de conscientização em toda a Vila, que tem em torno de 500 famílias. Eles dizem: 'Queremos ver nosso lugar crescer, progredir, por isso defendemos que as áreas públicas abandonadas desde sejam destinadas a moradia'.

É a segunda ocupação em Brasil Novo em consequência dos impactos negativos da Barragem de Belo Monte. Uma primeira ocorreu no dia 6 de janeiro de 2013 e as 88 famílias que moram na localidade, chamada Novo Horizonte, estão organizadas no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O MAB e a Comissão Justiça e Paz apoiam essa luta.



Menino indígena levado pela PF durante ação é devolvido aos pais

SÍTIO CORREIO 24 HORAS, 12.02.2014

Criança foi apreendida pela polícia durante uma ação de reintegração de posse, em Buerarema

A Defensoria Pública da Bahia divulgou nesta quarta-feira (12) que foi acionada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para garantir o desabrigoamento de um menino indígena, de 2 anos, apreendido pela Polícia Federal durante uma ação de reintegração de posse, no município de Buerarema, no sul da Bahia.

O caso ocorreu no último dia 2, na Serra do Padeiro, área disputada por indígenas e fazendeiros. Os índios acusam a polícia de usar violência e levar à criança à força.

Em nota, a Defensoria explica que foi procurada por uma equipe da SDH, vinda de Brasília para acompanhar a situação. A defensora pública Natália Pires Carneiro, da Regional de Ilhéus, em seu requerimento feito no bojo de medida protetiva, alegou ter havido um equívoco do delegado Severino Moreira da Silva.

"No dia 6, pela manhã, apresentamos, um pedido de desabrigoamento da criança, demonstrando que ela jamais foi abandonada pelos pais e que houve uma informação equivocada da autoridade policial", disse a delegada.

"Informamos, ainda, que a criança somente estava sozinha em razão de uma separação momentânea de seus pais, em decorrência de abordagem policial violenta, que determinou a todos a desocupação do imóvel, inclusive com relatos de disparo de arma de fogo", completou.

Segundo a Defensoria, assim que a juíza responsável pelo caso confirmou que a criança possuía família e que não estava abandonada, autorizou os pais a buscá-la. No dia 7 de fevereiro, a Funai levou a mãe e o avô materno da criança para Ilhéus. E o menino reintegrou-se à sua família.

Contradição

No dia 4, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou que o garoto se perdeu dos pais, que fugiam da PF por uma mata. O delegado Severino Moreira da Silva então o pegou e encaminhou para o Conselho Tutelar do município, que levou a criança para a Instituição de Acolhimento Renascer.

Já a PF diz que o menino foi abandonado pelos índios, que estavam no local ilegalmente. Os indígenas foram retirados da fazenda por força de decisão judicial no final de janeiro, mas um grupo, liderado pelo cacique Babau, retornou para lá.

Ao site do Cimi, o cacique Babau negou a versão policial. "Isso não é abandono! A PF que

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 28./ 2014

Brasília, 13 de fevereiro de 2014.

entrou atirando e então todos fugiram para o mato como tática de proteção e resistência", afirmou. Ele contou que o pai voltou para buscar o menino assim que deixou a mulher e outros dois filhos em local seguro, mas os policiais já haviam levado o garoto.



Acre pactua ações de proteção e promoção aos Povos Indígenas no estado
SÍTIO FUNAI, 12.02.2014

O governo do Acre e o governo federal, por meio da Funai, estabeleceram acordo de Cooperação Técnica para a implantação de ações indigenistas no estado. O Termo de Cooperação firmado inclui ações cooperadas para regularização fundiária, monitoramento, e gestão ambiental de terras indígenas, para a promoção do etnodesenvolvimento e dos direitos sociais das comunidades indígenas da região. Os planos de trabalho entre os órgãos têm como objetivo a consolidação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas, a PNGATI. Dentre as iniciativas voltadas à geração de renda, destaca-se o projeto de fomento às atividades de etnoturismo, já desenvolvidas em algumas terras indígenas.

Na última sexta-feira (7), o Ministro da Justiça assinou, juntamente com o Governador Tião Viana e a Presidenta da FUNAI, Maria Augusta Assirati, um Compromisso para a implementação das ações pactuadas no âmbito da Cooperação. O ato visou reafirmar o papel do Ministério da Justiça na execução da política indigenista no Brasil, e assegurar o apoio da Pasta durante o processo de efetivação dos projetos.

Durante o ato, que contou com a participação de representantes de 14 diferentes Povos Indígenas do Estado do AC, a Presidenta da Funai, destacou ser fundamental o apoio dos estados na concretização das ações indigenistas. Maria Augusta disse que o Governo de Tião Viana representa a continuidade de um projeto político que, há 15 anos, compreende a importância da valorização cultural dos Povos Indígenas no Brasil, e o papel do Estado na concretização da política de proteção e promoção de seus direitos. "Antes mesmo de termos consolidada uma política nacional para a gestão ambiental e territorial das terras indígenas, o estado do Acre já desenvolvia e executava Planos de Gestão em parceria com as Organizações Indígenas locais".

Na avaliação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ações como esta fortalecem a política indigenista. "O Acre é um estado muito importante na implementação de políticas públicas para a população indígena. Temos no Acre uma atuação e compromisso com a promoção dos direitos sociais que reflete no estado democrático de direito", ressaltou.

Os compromissos pactuados fazem parte das diretrizes e objetivos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, instituída pelo Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, e no contexto do Programa de Proteção e Promoção dos Povos Indígenas - PPA 2012-2015.



Funai realiza reunião em Manaus para tratar de questões da região

SÍTIO FUNAI, 12.02.2014

Como uma primeira etapa no processo de planejamento de ações para a região do sul do Amazonas, a presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati se reuniu na última segunda-feira (10) em Manaus com lideranças indígenas Tenharim e Djahui, representantes da COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia, e de vários outros órgãos federais e estaduais.

Para a presidenta Maria Augusta a união de todos os órgãos é fundamental neste momento, "é preciso se consolidar uma ação integrada e efetiva, sempre dialogando com os indígenas. A reorganização da Coordenação Regional, e a normalização de suas atividades, é muito importante para que a Funai volte a ter uma atuação forte na região. A Fundação vai seguir em busca do acompanhamento dos inquéritos instaurados para apurar os fatos ocorridos em dezembro. Além disso, vamos nos concentrar, em conjunto com os indígenas, na elaboração de planos de gestão para as Terras Indígenas locais, buscando intensificar ações de proteção territorial, fiscalização, conservação ambiental, e etnodesenvolvimento, inclusive para geração de renda", esses pontos foram levantados pela presidenta como mais relevantes neste momento.

Desde o início dos conflitos ocorridos em Humaitá, a Funai vem acompanhando de perto a situação dos Povos Indígenas que ali vivem, no sentido de resguardar seus direitos individuais e coletivos e sua integridade física e cultural, em diálogo com outros órgãos do Governo Federal e Estadual.

A proteção dos indígenas Tenharim e Djahui dentro e fora da Terra Indígena tem sido uma constante preocupação do órgão indigenista, já que os episódios do fim do ano passado geraram grande instabilidade à vida, organização social, e aspectos culturais dos Povos da região. A Funai, que teve sua sede no município parcialmente destruída, juntamente com viaturas e embarcações, busca agilizar ao máximo a recomposição de suas condições de trabalho, para voltar a atender normalmente as 12 etnias que estão em Terras de jurisdição da Regional de Humaitá.

Para o Coordenador Geral da Coiab, Maximiliano Menezes, os fatos ocorridos no sul do Amazonas têm gerado declarações violentas e preconceituosas. Em carta entregue à Presidenta da Funai, Menezes ressalta que, "É necessário que se tenha respeito com os Povos Indígenas e que se faça cumprir a Constituição Federal de 1988, e os Tratados Internacionais assinados e ratificados pelo Brasil, como a Convenção 169 da OIT e a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os direitos dos povos Indígenas".

Segundo Ivanildo Tenharim, a situação é complicada na região de Humaitá, "tudo isso tem gerado inúmeros problemas para todo o Povo Tenharim, temos indígenas doentes, com depressão e pânico, além do atraso na produção da castanha e dos roçados". Para o líder

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 28./ 2014

Brasília, 13 de fevereiro de 2014.

indígena, “todos devem trabalhar com a idéia de harmonia e paz no município de Humaitá”.

Ainda durante o encontro, o coronel do Comando Militar da Amazônia, Pedro Pessoa, falou na criação de uma solução pacificadora, “é preciso pensar a segurança na região, abordando a relação dos indígenas e suas Terras com o entorno”.

Um plano de segurança já foi apresentado pela Funai ao Ministério da Justiça, e vem sendo discutido com os órgãos federais de segurança pública.

Participaram do encontro Coordenadores e assessores da Funai, o assessor técnico da Secretaria Geral da Presidência da República, representantes da Secretaria de Estado para Povos Indígenas- Seind, e da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas.

A equipe da FUNAI Brasília realizou, ainda, visita a sua sede no município, e reunião com o Coordenador Eduardo Desidério, para discussão e definição de diretrizes para a atuação da Coordenação Regional de Manaus.



Programa Arpa lança editais para integrar comunidades tradicionais

SÍTIO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 12.02.2014

UCs já contempladas em 2013 não poderão se candidatar

LUCIENE DE ASSIS

Os gestores das Unidades de Conservação (UCs) federais e estaduais apoiadas pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) têm até o dia 5 de maio para apresentar propostas de Planos de Ação Sustentável (PAS) e de Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI) para o período 2014-2015. Nesse sentido, o Programa Arpa acaba de lançar dois editais contendo a descrição dos planos, que se destinam a promover a integração das comunidades tradicionais habitantes de UCs ou que delas sejam usuárias, e de povos indígenas cujos territórios tenham características comuns com as unidades de conservação, como o uso de áreas de importância sociocultural, de realização de atividades produtivas e de proteção territorial.

Cada uma das nove UCs com propostas a serem selecionadas nos PAS ou nos PPI receberá investimento máximo de R\$ 190 mil nos próximos dois anos. As UCs já contempladas em 2013 não poderão se candidatar nesta chamada. Os gestores interessados precisam preencher os formulários demais documentos de apoio relativos à candidatura da unidade, enviá-los pelo correio (incluindo cópia digital de todos os documentos em CD anexado), devidamente atestados e assinados. O objetivo desta chamada é promover a articulação e o fortalecimento institucional de organizações comunitárias e comunidades residentes em unidades de conservação apoiadas pelo Arpa, ou que delas sejam usuárias, visando a utilização sustentável dos recursos naturais nessas UCs.

ENDEREÇO

A documentação deverá ser enviada para Marco Bueno, Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente, Edifício Marie Prendi Cruz, SEPN 505 Norte, bloco B, 4º andar, sala 405, CEP 70730-542, Brasília, DF. Para outras informações, enviar mensagem eletrônica para marco.bueno@mma.gov.br ou ligar para (61) 2028-2152.

É necessário, ainda, baixar do site do Arpa os arquivos relacionados às respectivas chamadas. Para cada proposta, deve ser baixado o Edital nº 3, chamada de propostas de Planos de Ação Sustentáveis (PAS) e sua planilha Excel, ou o Edital nº 4, chamada de propostas de Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI) e a planilha Excel respectiva.



Esposa e filha de agricultor assassinado estão sob proteção policial

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 12.02.2014

Um dia depois do assassinato do agricultor Juraci José dos Santos Santana, 44, o Ministério da Justiça reforçou o efetivo da Força Nacional de Segurança Pública na região de atuação da milícia de indígenas tupinambarana no sul da Bahia.

Cerca de cem homens da tropa desembarcaram na manhã desta quarta-feira (12) em Ilhéus e seguiram para a área entre os municípios de Una e Buerarema, onde fica o assentamento onde o agricultor foi assassinado. A área foi demarcada como terra indígena pela Funai.

Nesta terça, o governador a Bahia, Jaques Wagner, do PT, solicitou ao governo federal que sejam enviadas tropas do Exército para atuar com poder de polícia na região. Wagner informou ter conversado com a presidente Dilma, com o Ministro da Defesa e com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa.

"Cada um tem suas convicções, têm o direito de defender aquilo que acredita que é o seu direito. Agora, não pode fazer isso à margem da lei. Nem assassinando, como aconteceu com aquele produtor rural", disse o governador durante cerimônia de inauguração do complexo policial de Feira de Santana.

Sobre o pedido de suspensão das liminares de reintegração de posse feito pelo Procurador Geral da República ao STF, o Governador disse que é necessário que a Corte crie uma "normativa pacificadora" para a região. "O conflito existe e ele só vai ser terminado com uma sentença do Supremo Tribunal Federal. Enquanto isso não acontece, nós temos que ter um pacto de convivência", disse Wagner sem deixar claro se quer a suspensão ou cumprimento das liminares de reintegração de posse.

O assassinato do produtor rural e líder do assentamento Ipiranga, Juraci Santana, está sendo investigado pela Polícia Federal e Polícia Civil da Bahia. A delegada Norma de Freitas, titular da delegacia de Una, afirma que a polícia já está em busca de suspeitos do crime, mas não revelou nomes.

Nesta quinta, a esposa do agricultor, Elisângela Oliveira, e sua filha, que testemunharam a execução, foram ouvidas pelos agentes. Ela contou que estava em casa com o marido e a filha de 17 anos, por volta das 21h, quando quatro homens armados invadiram a residência e dispararam vários tiros contra Juraci dos Santos Santana, de 44 anos.

Elisângela relatou que os suspeitos arrancaram a orelha do marido depois que ele estava morto. "Estávamos vendo a novela quando eles chegaram. Eles ainda colocaram fogo no nosso carro. Passamos o resto da noite escondidas no mato", disse Elisângela.

Ambas estão sob proteção da polícia. O corpo de Juraci Santana foi enterrado hoje às 18 horas.
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 28./ 2014

Brasília, 13 de fevereiro de 2014.

Assassinato pode estar ligado a máfia de criação de índios falsos pela Funai

Segundo o presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Una, Ilhéus e Buerarema, Abiel da Silva Santos, Juraci vinha sendo pressionado a se autodeclarar índio e aderir ao movimento de demarcação de terra da Funai. "Ele não aceitou se cadastrar como índio e enfrentou todos aqueles que tentaram tomar o Assentamento Ipiranga", declarou Abiel. Juraci teria denunciado a ação da Funai ao próprio Ministro da Justiça em encontro recente.



Guerra Civil na Bahia: Assassinato de agricultor revela máfia de criação de índios falsos pela Funai. Produtores rurais protestam contra atuação do Ministério Público Federal

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 12.02.2014

O corpo do agricultor Juraci Santana, de 44 anos, chegou na tarde de hoje a Buerarema onde será velado. Centenas de produtores rurais se uniram aos familiares da vítima em protestos contra o governo federal e o Ministério Público Federal (MPF), acusado de agir de forma parcial no conflito envolvendo criado pela Funai no sul da Bahia. O Partido dos Trabalhadores (PT) também sofreu críticas dos manifestantes.

Os populares fizeram um grande protesto em frente à sede do Ministério Público Federal, em Ilhéus. No último dia 30, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão de todas as liminares de reintegração de posse expedidas pela justiça para propriedades rurais invadidas pelos indigenóides, o que encorajou os índios e agravou o conflito na região (Veja aqui).

O Governo Federal e o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, também são criticados pelos agricultores por terem ordenado o recuo da Força Nacional de Segurança e mandado desmontar as bases de pacificação em Buerarema e Ilhéus, mesmo antes da decisão do STF sobre o pedido de Janot.

O corpo do agricultor, que era assentado da reforma agrária, foi levado para a região central de Buerarema, onde milhares de pessoas já se concentram para o velório. Juraci foi assassinado a tiros, na madrugada de ontem (11), no Assentamento Ipiranga, no Maroim, em Una.

De acordo com informações preliminares os assassinos já foram identificados e o Cacique Cleilton teria sido preso em casa na manhã de hoje.

Segundo o presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Una, Ilhéus e Buerarema, Abiel da Silva Santos, Juraci havia recebido proposta de se autodeclarar índio e aderir ao movimento de demarcação de terra da Funai, mas se recusou. "Ele não aceitou se cadastrar como índio e enfrentou todos aqueles que tentaram tomar o Assentamento Ipiranga", declarou Abiel. Essa teria sido a razão do crime.

Atuação da AGU garante expropriação de imóvel rural pela Funai
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 12.02.2014



A Advocacia-Geral da União (AGU) evitou pagamento de indenização a proprietário rural pela terra nua e pelas benfeitorias em propriedade demarcada como indígena pela Funai para índios Xucuru, no município de Pesqueira, em Pernambuco. O proprietário havia acionado a Justiça alegando ser proprietário de área de terra no Povoado Pão de Açúcar que estaria dentro dos limites da demarcação feita pela Fundação Nacional do Índio da terra indígena na região. Afirmou que sua terra foi desapropriada, e que por isso, teria direito a indenização.

Atuando no caso, a Procuradoria-Regional Federal da 5ª Região (PRF5) e a Procuradoria Federal Especializada da Funai, todos ligados ao Advogado Geral da União, Luis Inácio Adams, explicaram que a terra indígena, uma vez declarada como tal, passa a fazer parte do patrimônio da União, anulando qualquer domínio particular. Por esse motivo, segundo afirmaram, o pedido de indenização pela terra nua seria indevido, conforme prevê os artigos 20, inciso XI, e 231, parágrafo 6º, da Constituição Federal.

De acordo com os procuradores federais, apesar da jurisprudência reconhecer a possibilidade de indenização das benfeitorias erguidas de boa-fé, essa pretensão só pode ser feita no prazo de cinco anos (a partir da publicação da demarcação), sob pena de prescrição, nos termos do artigo 1º do Decreto-lei nº 20910/32. Destacaram que, conforme foi comprovado no caso, esse prazo já havia se esgotado para o proprietário.

As unidades da AGU ressaltaram, ainda, que o ocupante da área foi convocado pela Funai na época da demarcação, mas não pôde receber a indenização pelas benfeitorias, por existência de dívida junto ao Banco do Nordeste do Brasil e também pela hipoteca do imóvel.

Decisão

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 28./ 2014

Brasília, 13 de fevereiro de 2014.

A 28ª Vara Federal de Pernambuco acolheu os argumentos da AGU e destacou que a demarcação de terras indígenas tem natureza meramente declaratória e, por não se tratar de desapropriação indireta é "impossível se falar em pagamento de indenização de terra que jamais pertenceu ao particular, mas sim à própria União".

Quanto à indenização das benfeitorias, a Justiça entendeu que apesar de reconhecer a boa-fé da ocupação pelo autor da ação, entendeu que a pretensão foi atingida pela prescrição, passados mais de cinco anos desde a publicação do Decreto de demarcação da terra indígena enfocada.

A PRF5 e a PFE/Funai são unidades da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

Com informações da própria AGU e foto de Fábio Rodrigues Pozzebom, da Agência Brasil



Agricultor assassinado por índios na Bahia denunciou conflito ao próprio Ministro da Justiça

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 12.02.2014

A população de Buerarema, no sul da Bahia, entrou em confronto com o batalhão de choque da polícia militar em protesto contra o assassinato do agricultor Juracir Santana. Juracir era assentado da reforma agrária no Projeto de Assentamento Ipiranga que foi considerado Terra Indígena por um laudo da Funai. O agricultor foi morto a tiros na frente da mulher e da filha na madrugada da última segunda feira além de ter o carro e casa incendiados. A suspeita é que o crime tenha sido cometido por indigenóide tupinambarana. Juraci vinha fazendo denúncias sobre um esquema de fabricação de índios através da emissão indiscriminada de Registros de Nascimento Indígena por parte da Funai e chegou a ser recebido pelo Ministro da Justiça.

O governador Jaques Wagner, do PT, reconheceu que a situação saiu do controle no sul do estado e oficializou ontem a tarde um pedido para aplicação do instrumento Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Previsto na Constituição Federal, o GLO é utilizado quando situações que fogem do controle colocam em risco a segurança da população. Durante sua vigência, tropas das Forças Armadas assumem a segurança local e passam a ter poder de polícia. Cerca de 120 homens do Exército foram enviados à região do conflito.

Depois do assassinato do agricultor mais de dez propriedades já foram invadidas por indigenóides na região.

http://www.youtube.com/watch?v=hDUcSXEjAn8&feature=player_embedded



Sobre o assassinato do agricultor por índios falsos no sul da Bahia

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 12.02.2014

Já se passam 48 horas que o agricultor Juraci dos Santos Santana, um assentado da reforma agrária, foi executado na frente da mulher e da filha no sul da Bahia. Juraci vinha recebendo ameaças de morte por denunciar um esquema de fabricação de índios falsos por parte da Funai através do fornecimento indiscriminado de Ranis.

O Rani é o Registro de Nascimento Indígena, um documento fornecido pela Funai que serve como uma declaração de que seu portador é índio. Alguns mestiços do assentamento conseguiram Ranis junto à Funai e passaram a reivindicar todo o assentamento como terra indígena Tupinambá. Aqueles assentados que não tem Rani, como o próprio Juraci, passaram a ser tratados pelos indigenóides como intrusos em Terra Indígena.

Juraci foi fuzilado e teve uma das orelhas cortadas na frente da família. Sua casa e seu carro foram queimados. O suspeito do assassinato é um ex assentado que virou índio depois que conseguiu um Rani.

Juraci vinha denunciado o esquema de fabricação de índios cuja investigação poderia levar ao descortinar de uma das maiores fraudes antropológicas da história da Funai: A demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, na Bahia.

Os Tupinambá desapareceram depois da chegada dos portugueses no litoral da Bahia. O esquema de fabricação de índios da Funai é o único responsável pela crise na região de Buerarema. Os novos tupinambá são o que os antropólogos chamam de índios ressurgidos. É por isso que nós do Questão Indígena os chamamos de "indigenóides" ou "tupinambarana".

O assassinato de Juraci poderia levar ao esclarecimento do esquema da antropologia, mas não se ouve uma só palavra do setor rural sobre o assunto, seja da CNA, da Faeb, da Contag, da Fetraf, ou mesmo do MST. Até parece que não há interesse em se resolver esse assunto.



Grupo de Trabalho Interministerial sobre Convenção 169 promove última reunião
SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA , 12.02.2014

Foi realizada, no dia 4/2, no Palácio do Planalto, em Brasília, a última reunião do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) criado para propor a regulamentação da Convenção nº 169 da Organização Internacional de Trabalho (OIT). Instituído pela Secretaria-Geral da Presidência da República em 2012, o Grupo é formado por representantes de 22 ministérios e autarquias e contou também com a participação, como convidados, de representantes de outros órgãos governamentais, sociedade civil, entidades de povos indígenas e tribais.

O governo federal identificou a necessidade de debater amplamente o tema da consulta prévia aos povos indígenas e tribais, conforme determina a Convenção 169. A Convenção da OIT sobre os povos indígenas e tribais foi ratificada pelo Brasil em 2002 e entrou em vigor em julho de 2003. Os países signatários da convenção se comprometem a consultar os povos interessados quando forem previstas medidas legislativas ou administrativas que os afetem diretamente, garantindo a efetiva participação dos povos indígenas e tribais na tomada de decisões.

Devolutivas

Na reunião, coordenada por Paulo Maldos, secretário nacional de Articulação Social, foi feito o balanço geral das atividades do GTI e entregue aos participantes o texto-base para a regulamentação dos procedimentos de consulta prévia no âmbito do Executivo Federal e também o relatório dos dois anos de atividade do grupo. Cerca de 40 representantes de 17 órgãos do governo federal estiveram presentes. O processo agora segue em nova fase, de devolução aos segmentos diretamente interessados do trabalho realizado até o momento pelo Grupo de Trabalho. Ainda em 2014 serão realizadas reuniões envolvendo as entidades representativas de indígenas e quilombolas.

Além de um seminário ampliado com a participação da sociedade civil e de representantes indígenas e quilombolas, várias reuniões específicas foram realizadas nos estados de São Paulo, Piauí, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul, Bahia e Maranhão. Também foram promovidos pela Secretaria-Geral da Presidência da República encontros com representantes de indígenas e de comunidades tradicionais para o processo participativo da regulamentação da Convenção 169.



O dilema dos índios urbanos que querem estudar

SÍTIO IG, 12.02.2014

Em busca de oportunidades, diversos povos indígenas deixam suas aldeias para viver na periferia e no centro de Manaus. Eles sonham em conquistar emprego e acessar os serviços essenciais. Não é diferente com os integrantes da tribo Kokama, que se queixam da falta de ensino nas comunidades nativas.

Segundo o censo de 2010, há 2.765 escolas indígenas no País, e a média de estudo é de 3,9 anos. "Meu pai saiu da aldeia para que eu pudesse aprender a ler e a escrever. Hoje, eu quero que meu filho faça uma faculdade. Quem disse que índio não pode fazer faculdade?", questiona um deles.

Mas a realidade é bem menos animadora nas cidades. Para conseguirem inclusão nos programas sociais do governo, como o Bolsa Família, e nas cotas universitárias, é necessário ter o Rani (Registro Administrativo de Nascimento Indígena), uma espécie de RG indígena.

Mais: Educar indígenas é desafio para escolas dentro e fora das aldeias

Para concedê-lo, a Funai exige que eles dominem o tupi-guarani, entre outros itens. Porém, a grande maioria é jovem e cresceu falando português. Eles buscam a preservação de suas identidades indígenas, mas desejam se integrar à sociedade globalizada. Um dilema que está longe de chegar ao fim.



Cestas atrasam e deixam indígenas sem alimentos em MS

SÍTIO O PROGRESSO, 12.02.2014

As cestas básicas distribuídas pelo Governo Federal estão atrasadas em pelo menos três meses em Mato Grosso do Sul. Em Dourados, a situação é ainda mais agravante. Além da fome, a comunidade indígena sofre com a má distribuição da água, fator que castiga a população principalmente em tempos de calor intenso, em que os termômetros chegam a registrar 40º graus no município. A população também denuncia que recebe alimentos estragados da cesta básica do Governo do Estado.

A indígena Marizangela de Souza, da Aldeia Jaguapiru, tinha apenas o arroz para dar aos quatro filhos menores na última segunda-feira. Ela diz que teme que as crianças fiquem doentes. "Já faz um tempo que agente não recebe a cesta da Funai, e a cesta do Estado só dá para uma semana. O jeito é pedir ajuda para os vizinhos", destaca.

A indígena guarani Júlia Garcia, de 80 anos, vive em situação precária. Segundo ela, de uma hora para outra deixou de receber a cesta básica porque seu nome teria sido retirado do programa. Ela sobrevive com a ajuda da filha Lúcia Garcia, que também está sem receber os alimentos há três meses. Na casa dela, arroz e óleo são o que têm para comer na despensa.

A guarani Iolanda de Souza também sofre com os atrasos. Na outra cesta que recebe do Estado e que dá para uma semana, ela reclama que o feijão chega estragado. A realidade dela é confirmada por várias outras famílias. "O feijão é tão duro que não cozinha. É comida que nem animal come. As famílias jogam tudo fora este feijão", destaca o capitão Renato de Souza.

Funai

O coordenador regional da Fundação Nacional do Índio de Dourados, Vander Nishijima, explica que o desabastecimento acontece em função da companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estar sem contrato com a transportadora de alimentos. O órgão é o responsável por encaminhar os alimentos para a Funai e o Incra.

Segundo Vander, em reunião no último dia 15 com representantes da Conab, a Funai enfatizou a importância do órgão distribuir os alimentos já montados em cestas básicas e não em fardos como costuma ser. "Quando isso acontece, a Funai precisa disponibilizar metade do efetivo para montar cestas. Além de não serem contratados para esta função, os servidores acabam prejudicando o bom rendimento dos trabalhos no qual são responsáveis", destaca.

Vander diz que a Conab já fez o processo de licitação e que também já houve a publicação em Diário Oficial com a contratação da empresa que fará o transporte. O documento informa que a partir do dia 12 a empresa pode dar início aos trabalhos. No entanto, Vander explica que as cestas, que deverão ser distribuídas no Estado todo, não chegam em todas as cidades ao mesmo tempo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 28./ 2014

Brasília, 13 de fevereiro de 2014.

Pensando nisso, a coordenação da Funai solicitou que sejam atendidos os acampamentos onde a situação de vulnerabilidade é maior e nas aldeias com o maior índice populacional, como a Jaguapiru e a Bororó, em Dourados, e a Tey Cuê, em Caarapó.

Ao todo, a Funai de Dourados atende aldeias e acampamentos em 12 cidades da região. Segundo Nishijima, a última entrega de cestas básicas na Aldeia Jaguapiru ocorreu em 24 de outubro do ano passado e a na Bororó, no dia 28 de novembro de 2013.

O PROGRESSO entrou em contato com a assessoria da Assistência Social para eventuais esclarecimentos sobre as denúncias de alimentos estragados que chegam na cesta básica distribuída pelo Estado, mas até o fechamento desta edição, a redação não obteve resposta.



Falta solidariedade com famílias rurais invadidas, por José Zeferino Pedrozo

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 13.02.2014

Por quê a invasão de sem-tetos e indígenas em terreno urbano, localizado às margens da rodovia SC-401, no norte da Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, foi alvo da indignação geral e do repúdio das instituições da sociedade civil, enquanto as invasões de indígenas e sem-terras às propriedades rurais produtivas da zona rural catarinense permanecem ignoradas?

As invasões no campo geram uma agonia sem fim para centenas de famílias rurais cujas propriedades foram esbulhadas ou estão sob ameaça de invasão por grupos que se denominam indígenas. Apesar da importância das famílias rurais na produção de alimentos, a população urbana tem dificuldade em se solidarizar e apoiá-las.

O produtor rural brasileiro gera o melhor e mais barato alimento do mundo. Foi esse trabalhador que, no ano passado, salvou a economia brasileira ao sustentar quase 100 bilhões de reais em exportações. Mesmo assim, quando sofre a injustiça das invasões em terras produtivas, a família rural sempre fica sozinha.

O grande oeste catarinense vive clima de tensão há vários anos, quando o Governo Federal decidiu criar novas áreas indígenas em Saudades e Abelardo Luz e ampliar as de Ipuçu e Seara, colocando mais de 500 famílias em desespero e milhares de outras em alerta por se localizarem nas proximidades de áreas mapeadas por ONGs para transformação em reservas indígenas.

O episódio mais recente é a tentativa de criação de uma nova área indígena em Linha Gamelão, distrito de Marechal Bormann, em Chapecó. As famílias atingidas têm a posse pacífica e a titulação da propriedade das terras há mais de 70 anos. Uma ONG chamada Arpinsul e a Funai estariam propondo a criação de mais uma reserva indígena em Chapecó com 28.000 hectares de área, o que equivaleria a 37% do território do município.

A história da economia rural catarinense está repleta de casos de famílias rurais, possuidoras e proprietárias de imóveis rurais adquiridos de forma legal e legítima há várias gerações que perdem – injustamente – seu patrimônio em ações perpetradas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Nunca, nesses casos, houve solidariedade da sociedade urbana, apenas das entidades do agronegócio.

*José Zeferino Pedrozo é Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc)



Hoje, sou um homem jurado de morte, disse Juraci Santana em agosto de 2013. Foi assassinado em fevereiro de 2014

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 13.02.2014

Em agosto do ano passado agricultores do sul Bahia e populares de Buerarema fizeram uma grande manifestação fechando a BR-101, contra a ação violenta da milícia indígena na região. Dezenas de pequenas propriedades incluindo lotes de assentamento da reforma agrária vinha sendo invadidos por milicianos.

Os manifestantes interditaram as duas pistas da rodovia, queimando paus e pneus, com objetivo de chamar a atenção das autoridades para a situação. Em solidariedade ao movimento, o comércio e as escolas de Buerarema não funcionaram naquela sexta-feira, 16 de agosto.

Na ocasião, o jornalista Domingos Matos, responsável pelo blog O Trombone, entrevistou o agricultor Juraci Santana. "Eles usam rifles, espingardas e fazem rondas nas estradas, armados. Nessa semana eu fui perseguido por um deles, que me ameaçou de morte. Fugi de moto, mas cá e acabei me ferindo. Hoje, sou um homem jurado de morte por eles", disse Juraci na ocasião. O agricultor, residente em um dos quatro assentamentos de reforma agrária localizados na área de conflitos, foi assassinado a tiros na última segunda-feira, 10, na frente da mulher e da filha menor de idade.

Na ocasião, os agricultores se mostravam confusos com as políticas do Governo que, por um lado, estimula a produção em áreas de assentamentos e, por outro, tolera a invasão das mesmas terras por indígenas. "Ora, se existem quatro assentamentos na área, por que o governo, através da Funai, estimula essas invasões? Para muita gente é apenas uma contradição mas, para nós, é ameaça de morte", ponderou outro produtor, que também se declara ameaçado de morte, e por isso pediu anonimato.

Depois desse episódio em agosto, Juraci esteve pessoalmente com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e denunciou a ação da Funai fornecendo Registros de Nascimento Indígena a mulatos e mamelucos no sul da Bahia e as invasões das propriedades por esses índios fabricados.

O que fez o Ministro Cardozo? Mandou a Polícia recuar nas ações de reintegração de posse e articulou com o Procurador Geral da República a suspensão das liminares de reintegração de posse de mais de 70 propriedades invadidas pela milícia indígena. Deu guarida a ação dos criminosos. Cultivou a violência e colheu o cadáver anunciado de Juraci Santana.

Assassinato pode estar ligado a máfia de criação de índios falsos pela Funai

Segundo o presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Una, Ilhéus e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 28./ 2014

Brasília, 13 de fevereiro de 2014.

Buerarema, Abiel da Silva Santos, Juraci vinha sendo pressionado a se autodeclarar índio e aderir ao movimento de demarcação de terra da Funai. “Ele não aceitou se cadastrar como índio e enfrentou todos aqueles que tentaram tomar o Assentamento Ipiranga”, declarou Abiel. Juraci teria denunciado a ação da Funai ao próprio Ministro da Justiça em encontro recente.



Indígena de 10 anos que teria sofrido abuso sexual da à luz em hospital

SÍTIO NOVA NEWS, 13.02.2014

Campo Grande News

Uma menina indígena de 10 anos deu entrada na tarde de hoje (12) no Hospital Universitário de Dourados, a 233 quilômetros de Campo Grande, após dar à luz a um bebê no hospital da Missão, na Reserva Indígena da cidade.

A criança teria sido vítima de abuso sexual a caminho da escola. A mãe e avó da menina afirmam saber quem teria cometido o crime, mas não registraram boletim de ocorrência, segundo o site Dourados News.

De acordo com a assessoria do HU, o serviço social do hospital e o Conselho Tutelar prestam assistência à família e orientam que procurem a Polícia, assim que a menina sair do hospital. Ela pode ter alta ainda hoje, ou amanhã de manhã, prevê o hospital.

A criança está em um leito do hospital com a mãe e passa bem. Não há informações de quando o bebê teria nascido, sexo ou peso.



Boletim de Notícias - Edição nº 28./ 2014

Brasília, 13 de fevereiro de 2014.

Deputado pede demarcação de terras indígenas para fim de conflito

SÍTIO RADAR NOTÍCIAS, 13.02.2014

Brasília – Durante discurso na tarde desta quarta-feira (12/02) na Câmara Federal, o deputado Valmir Assunção (PT-BA) lamentou a morte de Juraci Santana.

O parlamentar atribuiu o assassinato a não demarcação de terras indígenas. “Sem demarcação haverá sempre conflito e mais mortes. Juraci é mais uma vítima dessa relação e não podemos deixar que isso vire uma rotina no sul da Bahia”, alertou.

O deputado prestou solidariedade à família da vítima e pediu rigor nas investigações do assassinato.



CIR vai reunir mil indígenas em assembleia no Lago Caracaranã

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 13.02.2014

Com o tema "Enfrentando os desafios com união, trabalho e articulação de todos", o Conselho Indígena de Roraima (CIR) se prepara para reunir mais de mil participantes no primeiro evento do ano, a 43ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima. Conforme decisão das lideranças indígenas no ano passado, o evento novamente será no Centro Regional Lago Caracaranã, localizado na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Normandia, de 10 a 15 de março.

Considerado como o espaço de debate e decisões coletivas, o Lago Caracaranã vai receber os povos indígenas oriundos de doze regiões do Estado: Serras, Surumu, Baixo Cotingo, Raposa, Amajari, Taiano, Murupu, Serra da Lua, Wai-Wai, Ingaricó São Marcos e Yanomami.

A programação da assembleia apresenta discussões sobre Meio Ambiente, Educação, Saúde, Sustentabilidade, Direitos Indígenas, Política Partidária e o planejamento anual das regiões. Foram convidadas as organizações indígenas, instituições públicas e entidades sociais, locais.

Em nível nacional, o convite foi enviado à Presidência da República, Fundação Nacional do Índio (Funai), Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas; e a nível internacional, aos Consulados da Venezuela e Guiana.

A abertura oficial do evento será no dia 11, com a recepção dos participantes, em seguida a leitura da Assembleia Geral de 2013, aprovação do acordo de convivência, informes das regiões e do CIR. À tarde, haverá a apresentação dos resultados do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e informes da situação fundiária das Terras Indígenas de Roraima.

No dia 12, a programação segue com o assunto sobre a valorização e fortalecimento das práticas sustentáveis das comunidades indígenas; e, à tarde, a pauta abordará o assunto sobre análise jurídica e política da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), no caso Raposa Serra do Sol e Petição 3388.

No terceiro dia, 13, a programação será específica para a avaliação do atendimento e gestão da saúde e educação escolar indígena do Estado. No último, 14, pela manhã, as lideranças vão debater o tema política partidária e voto limpo. Encerrando a programação, a apresentação do planejamento das regiões, das atividades do Conselho Indígena de Roraima, leitura da Carta final da Assembleia e aprovação das propostas. Todas as noites haverá programação cultural.

"A Assembleia Geral, que é o principal evento das lideranças indígenas, costuma reunir os tuxauas, professores, agentes de saúde, estudantes, mulheres, coordenadores regionais, agentes territoriais e ambientais, vaqueiros e outros atores indígenas que são importantes no espaço de decisão coletiva, que há quarenta e dois anos é realizado pelos povos de Roraima. Um espaço, onde agrega também os parceiros e colaboradores da causa indígena", afirmou o CIR em e-mail enviado à imprensa.



Rio Uraricoera sofre sérios danos pela garimpagem ilegal em terras indígenas
SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 13.02.2014

YANA LIMA
Editoria de Cidade
yana@folhabv.com.br

Muito se fala da proibição do garimpo em terras indígenas, mas o que muitas pessoas não sabem, ou não se deram conta, é dos danos que esta atividade causa não só para os indígenas como para a população de todo o Estado. Um exemplo é o rio Uraricoera, o mais extenso do Estado e afluente do rio Branco, que vem sofrendo agressões por conta da garimpagem ilegal, atividade da qual o pior não é a retirada ilegal de minérios que estiveram ali por milhares de anos, e sim a poluição e assoreamento do rio.

Na divisa entre os municípios de Amajari e Alto Alegre, a Noroeste do Estado, não muito distante da nascente do rio, a região concentra atualmente a maior quantidade de garimpeiros da Terra Indígena Yanomami. São, pelo menos, 30 balsas que deixam um saldo negativo no curso do rio.

O Uraricoera banha aproximadamente 870 quilômetros de Roraima e tem sua nascente na Serra de Pacaraima. Sua confluência com o rio Tacutu forma o Branco, o mais importante de Roraima e que abastece com água potável boa parte de Boa Vista. Ou seja, além de atingir diretamente as comunidades ribeiras, a atividade na terra indígena reflete em todo o Estado.

DANOS - Para se entender os danos ao rio, é necessário compreender a dinâmica do garimpo feito em balsas. Grosso modo, a atividade é semi-mecanizada, por meio de uma bomba de sucção que leva a areia e a lama do fundo dos rios para uma balsa, onde o material é peneirado para separar o ouro do material a ser desprezado.

É aí que mora um dos problemas. O refugo das caixas de captação das balsas, conhecido como "arroto", vai assoreando e interferindo no curso do rio. O que se pode observar ao longo do rio Uraricoera são enormes bancos de areia, formando verdadeiras dunas que se misturam às pedras emersas devido ao período de seca. Com isso, diminui-se a quantidade de água que chega ao rio Branco.



Ibama forma brigadistas indígenas em Roraima

SÍTIO JORNAL BRASIL, 13.02.2014

Boa Vista - O Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Ibama (Prevfogo) com apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Conselho Indígena de Roraima (CIR), ministrou curso de prevenção e combate aos incêndios florestais para 38 brigadistas na Comunidade Indígena Maturuca, na região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima.

Participaram do curso indígenas das comunidades do Maturuca, Popó, Socó, Willimon, Waronkayen, São Francisco, Morro, Pedra Branca, Lage e Lilás. Atuaram como instrutores o Coordenador do PREVfogo do Ibama em Goiás, Augusto Avelino de Araújo Lima e o Instrutor Giusepe Gabriel Santomo, com foco no aprimoramento de técnicas de queima controlada e de combate aos incêndios florestais.

O treinamento, ocorrido no período de 6 a 8 de fevereiro, foi demandado pelo Ciman, Centro Integrado Multiagências, que faz parte da Operação Roraima Verde 2013/2014. Na solenidade de encerramento e entrega dos certificados, participaram o Superintendente do Ibama em Roraima Diego Milléo Bueno, o Coordenador do Ciman 2014, Analista Ambiental Celso Luiz Ambrósio, o Coordenador do Prevfogo/RR, Analista Ambiental Joaquim Parimé e a Analista Ambiental Ana Canut do Núcleo de Operações e Combate do Prevfogo, a servidora da Funai/RR Inayê Perez e o Genisvan André do Conselho Indígena de Roraima.

Fonte: Ibama/Roraima



Índios apedrejam destacamento e chegam a manter PMs como reféns

SÍTIO ACESSE NOTÍCIAS, 13.02.2014

Cerca de duzentos índios xavantes cercaram o destacamento da PM em Campinápolis, a 460 km de Cuiabá, na tarde de quarta-feira (12). Como protesto pela prisão de um indígena integrante da aldeia Parabubure. O tumulto começou por volta das 15 horas, quando um índio supostamente embriagado jogou pedras quebrando uma janela do destacamento. Os policiais então decidiram recolher o índio.

Os demais índios revoltados e cercaram o destacamento jogando mais pedras. Refém dos indígenas, o sargento Triches chegou a pedir reforço de Nova Xavantina e Água Boa. A informação é que o índio envolvido na confusão foi solto para não aumentar a fúria dos xavantes e evitar um conflito pior.

O destacamento tem seis policiais somente. Atualizando as informações agora pouco a situação foi normalizada com os índios se afastando do destacamento.



Índios acusam deputados ruralistas de apoiar violência

SÍTIO ARARAQUARA.COM, 13.02.2014

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) divulgou nesta quarta-feira, 12, um vídeo em que deputados da bancada ruralista estimulam produtores rurais a organizarem a defesa de suas propriedades e atacam Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Ele o acusam de orquestrar ações de índios, quilombolas e sem-terra. Os índios devem anunciar nesta quinta-feira, 13, providências contra os deputados, por incitação à violência. "Estão estimulando as pessoas a matarem nosso povo", disse Otoniel Ricardo Guarani Kaiowá, da Apib.

O vídeo foi gravado em novembro, em audiência pública da Comissão de Agricultura sobre demarcação de terras em Vicente Dutra, no Rio Grande do Sul.

Um dos oradores foi Luiz Carlos Heinze (PP-RS), da Frente Parlamentar Agropecuária. Ele diz: "O Gilberto Carvalho também é ministro da presidente Dilma. E é ali que estão aninhados quilombolas, índios, gays, lésbicas, tudo que não presta."

Para Heinze, as autoridades se omitem em relação à defesa da propriedade. Ele diz que fazendeiros do Pará estão contratando serviços de segurança privada. E aconselha à plateia: "Façam a defesa como o Pará está fazendo". Outra fala destacada no vídeo foi a de Alceu Moreira (PMDB-RS). Ele também critica o ministro: "Por que de uma hora para outra tem que demarcar terras de índios e quilombolas? O chefe dessa vigarice orquestrada está na antessala da presidente da República e o nome dele é Gilberto Carvalho."

Moreira também fala da defesa da propriedade: "Não vamos incitar a guerra, mas lhes digo: se fartem de guerreiros e não deixem um vigarista desses dar um passo na sua propriedade."

Após a divulgação do vídeo, Heinze admitiu que "se excedeu" ao falar de gays, lésbicas, índios e quilombolas como "tudo o que não presta". "Essa questão dos gays eu não tenho nada contra (...) Com relação a eles eu retiro (o que disse)". E Moreira alegou que os trechos foram pinçados de uma longa fala sobre demarcação de terras e estão fora de contexto. "Estávamos reunidos com produtores cujas propriedades tinham sido invadidas". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.



'Índios, gays e lésbicas' são 'tudo que não presta' Diz deputado

SÍTIO PORTAL 100 FRONTEIRAS, 13.02.2014

O deputado federal Luiz Carlos Heinze (PP-RS) afirmou, em vídeo gravado em novembro de 2013 e que circula na internet, que "quilombolas, índios, gays, lésbicas, tudo que não presta" fazem parte do governo da presidente Dilma Rousseff. As críticas tinham como alvo o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, e foram ditas em audiência pública no município de Vicente Dutra, no Rio Grande do Sul.

Procurado pelo iG, Heinze disse que não tem nada contra gays e lésbicas. "Não sou homofóbico. Isso [as declarações] aconteceu no calor dos acontecimentos. Tenho netos, filhos que convivem com gays e lésbicas. Vou ao cabeleireiro. Não tenho restrição", afirmou o deputado. Sobre os índios, Heinze afirma ser a favor deles e que seu discurso se referia a um grupo de caciques que arrenda terra na região norte do Rio Grande do Sul. "Fiz denúncia [sobre esse grupo] para proteger os índios de um grupo. Esses caciques arrendam terra para branco. Eu defendo os índios, por que os direitos humanos não fazem isso?", questionou.

Heinze, em seu discurso, também defende que os agricultores contratem segurança privada para se defender: "No Pará, eles [produtores] contrataram segurança privada. Ninguém invade no Pará porque a Brigada Militar não lhes dá guarida lá e eles têm de fazer a defesa das suas propriedades. Por isso, pessoal, só tem um jeito, se defendam! Façam a defesa como o Pará está fazendo. Façam a defesa como Mato Grosso do Sul está fazendo. Os índios invadiram a propriedade, foram corridos da propriedade".

O deputado disse que ele próprio contratou segurança privada porque a polícia e o Estado não dão garantia para os agricultores. "Não é para matar, é para defender o que tenho", afirmou.



Deputado do PT faz campanha contra os Índios

SÍTIO PCO, 13.02.2014

O deputado federal do PT da Bahia Geraldo Simões é o principal articulador e porta voz dos latifundiários na campanha de calúnias contra os Tupinambás para justificar a violência contra os índios

Os latifundiários e especuladores da região de Ilhéus e Itabuna, na Bahia, realizam uma campanha permanente de desmoralização dos índios Tupinambás para barrar o processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Rádios, blogs, jornais e personalidades da região atacam duramente os Tupinambás chamando-os de falsos índios, bandidos que estão querendo roubar os agricultores, dizendo que são "ricos" etc.

Nesse sentido o Deputado Federal do PT da Bahia, Geraldo Simões, é o principal articulador da campanha contra os Tupinambás e a demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. É o porta-voz dos latifundiários na ofensiva contra os indígenas.

Em todos os discursos feitos sobre o conflito atacou os indígenas. Sempre coloca dúvida sobre a origem dos indígenas, chamando-os de "supostos tupinambás", ataca diretamente a Fundação Nacional do Índio (Funai), pede a revogação do processo de demarcação entre outras barbaridades.

Veja alguns trechos dos discursos proferidos na tribuna da Assembleia Legislativa da Bahia:

"A fim de evitar a continuação dos conflitos instalados, já com mortes, sequestros, tiros, estamos sugerindo ao Ministro da Justiça a revogação desse estudo da FUNAI. Que o órgão encontre uma forma negociada de atender os poucos índios que existem naquela região." 18/03/2010

"Esse laudo não pode prosperar, porque é falso, é um romance, uma ficção. Esse estudo tem que ser revogado." Discurso dia 29/10/2013.

"A revogação imediata do processo de demarcação das terras indígenas pela FUNAI. É inconcebível querer reverter o processo histórico de desenvolvimento e formação da Nação brasileira com base no direito dos descendentes dos indígenas a suas terras. Deixemos de cinismo....Queremos a reintegração imediata das propriedades invadidas a seus donos de direito." Discurso dia 29/10/2013.

"Supostos indígenas atacam pequenos agricultores, que vivem em propriedades cuja média fica em torno de 20 hectares. Mais de 60 propriedades foram invadidas, casas saqueadas e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 28./ 2014

Brasília, 13 de fevereiro de 2014.

queimadas, pessoas golpeadas – inclusive um trabalhador ficou paraplégico”. “Também fica evidente que elas ocorrem principalmente na época da safra e os invasores realizam a colheita, apropriando-se do fruto do trabalho dos agricultores”. (05/02/2014).

De mãos dadas com o latifúndio

O Deputado do PT, Geraldo Simões, é ligado aos latifundiários da região e ataca os indígenas desde o início das mobilizações dos Tupinambás no início de 2000. Seus discursos e sua campanha estão incitando a população contra os índios, ampliando a perseguição e justificando a violência dos fazendeiros.

Geraldo Simões é um representante do latifúndio, a escória e o setor mais atrasado do país. Toda essa campanha de calúnias serve encobrir, preparar e justificar o massacre dos Tupinambás.

É preciso denunciar a política genocida imposta pela direita e acobertada pelo Governo do PT de Dilma e Jaques Wagner.

Por uma ampla campanha em defesa do povo Tupinambá

Está colocado na ordem do dia uma ampla campanha para barrar a ofensiva do latifúndio. Contra o massacre do povo Tupinambá, pela punição aos assassinos dos Tupinambás, e uma campanha central pelo direito à autodefesa dos indígenas.



Indígenas tentam invadir quartel da PM após prisão de índio em MT

SÍTIO TRIBUNA MS, 13.02.2014

Índio foi detido por depredar quartel da PM em Campinópolis, nesta quarta. Segundo a PM, dois policiais foram agredidos pelo indígena preso.

Um grupo de indígenas da etnia xavante tentou invadir o quartel da Polícia Militar, em Campinópolis, a 565 km de Cuiabá, nesta quarta-feira (12). Eles protestaram contra a prisão de um indígena da mesma aldeia delas, denominada Colina. De acordo com o major da PM, Naildo Guedes Lima, o índio foi preso por depredar o quartel da polícia. "Ele estava em uma praça próxima, em visível estado de embriaguez, e depois foi até a frente do quartel, quando só tinha um policial lá dentro, e começou a atirar pedras", contou.

Segundo o major, a porta de vidro principal do prédio foi destruída. Diante da situação, o policial que estava no quartel entrou em contato com os demais policiais que estavam fazendo rondas pela cidade e comunicou sobre a ação do índio. Logo depois, os PMs chegaram no local e, segundo Guedes, o indígena caiu nos cacos de vidro que estavam no chão e se feriu. "Tivemos receio de liberá-lo e os indígenas pensassem que os ferimentos pudessem ter sido causados por nós", disse.

"Era quase uma centena de índios e eles tentaram resgatar o índio de qualquer forma", contou. O indígena foi detido e encaminhado para a Delegacia de Polícia Civil de Água Boa, 736 km de Cuiabá. Lá, ele foi liberado e entregue para lideranças indígenas da aldeia Colina e para líderes regional da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Além de quebrar a porta, o índio teria agredido dois policiais, que chegaram a ser encaminhados para uma unidade de saúde, onde receberam atendimento e foram liberados, de acordo com o major da PM.



Equipes da Funai realizam monitoramento na Terra Indígena Marãiwatsédé

SÍTIO FUNAI, 13.02.2014

Equipes da Fundação Nacional do Índio, juntamente com a Polícia Federal, realizaram diligências de monitoramento territorial na região da Terra Indígena Marãiwatsédé, no município de Alto Boa Vista (MT). As equipes se mobilizaram após denúncias de que posseiros haviam invadido a área.

Na ação, realizada entre os dias 03 e 07 deste mês, não foram encontrados invasores na região. Entretanto, as equipes se depararam com pontes destruídas, o que dificultou o acesso à TI, além de encontrarem incendiada a Base Operacional usada pelas equipes da Funai para monitoramento e fiscalização da região. Tratores apreendidos na região foram transportados para a Aldeia Marãiwatsédé.

Desintrusão

A ação de desintrusão dos não índios da Terra Indígena Marãiwatsédé, no estado do Mato Grosso, teve início em agosto de 2012, atendendo decisão da Primeira Vara de Cuiabá (MT) que determinou o prosseguimento da execução da sentença para efetuar a retirada dos não índios e garantir o usufruto exclusivo e a posse plena do povo Xavante sobre a TI Marãiwatsédé, conforme determina o Artigo 231 da Constituição Federal, tornando nulos todos os títulos nela incidentes, não gerando direito a indenizações, salvo pelas benfeitorias de boa-fé. A área possui 165 mil hectares que abrange parte dos territórios dos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia.

A desintrusão foi concluída em janeiro de 2013, quando foi realizado o último sobrevoo para verificar a situação da área. Na ocasião, foram verificados 619 pontos entre residências e comércios, tanto na área rural como no distrito de Posto da Mata, todos desocupados. A operação foi integralmente planejada para ocorrer de forma pacífica e garantir, de um lado, o direito constitucional do povo Xavante de viver em seu território tradicional e, de outro, a alternativa de transferência para glebas da reforma agrária oferecidas pelo Incra aos pequenos ocupantes não indígenas.

A ação foi planejada por uma equipe de trabalho interministerial formada pela Funai, Secretaria Geral da Presidência da República, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Ministério do Meio Ambiente (Ibama/MMA), Ministério da Defesa, Secretaria Especial de Saúde Indígena/Ministério da Saúde (Sesai/MS), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ Ministério do Desenvolvimento Agrário (Incra/MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública e Polícia Rodoviária Federal – com apoio logístico do Exército brasileiro.



Reserva indígena tem edital lançado pelo Estado

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.02.2014

Foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) da última segunda-feira o aviso de licitação para a implantação da reserva Taba dos Anacé, a qual abrigará as comunidades indígenas que serão deslocadas da áreas de influência da refinaria Premium II. Além das 163 unidades habitacionais que irão compor a reserva, o edital da obra prevê a construção de uma escola, um posto de saúde e sistemas de energia elétrica, de água e esgoto.

Conforme foi publicado no DOE, o pregão acontecerá no dia 14 do próximo mês, estando o serviço estimado em R\$ 15 milhões. A Taba de Anacé, que ficará localizada no município de Caucaia, irá reunir as comunidades de Baixa das Carnaúbas, Matões, Corrupião e Bolso.

Especificações

Cada residência terá 80 metros quadrados (m²), sendo composta por três quartos, banheiro, sala de estar, cozinha e área de serviço. Já o posto de saúde terá área total de 191 metros quadrados, enquanto a escola será construída em um espaço de 853 m².

O convênio firmado entre governo e Petrobras para a criação da reserva foi assinado no dia 11 de novembro de 2013, estabelecendo um prazo de 390 dias para a conclusão das obras.

Segundo o acordo, o período pode estabelecido ser estendido por mais 180 dias, caso seja essa a vontade das partes. Se isso acontecer, a reserva terá como prazo final junho de 2015. O termo assinado também estabelece que a Petrobras só poderá iniciar a instalação da refinaria após a realocação das comunidades indígenas.

Aprovação

Embora o edital já tenha sido lançado, o terreno da reserva tem ainda deve ser transferido para a União, o que depende de aprovação na Assembleia Legislativa. O projeto já tramita na Casa, tendo votação prevista para o fim desta semana.



Comunidades mantém hábitos alimentares tradicionais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.02.2014

Acesso ao meio urbano não modificou consumo de itens tradicionais em comunidades de pescadores. Nas localidades mais isoladas a alimentação é baseada em itens locais

Por Alicia Nascimento Aguiar, da Esalq em Piracicaba - Agência USP de Notícias

Pesquisa realizada na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) e no Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena) da USP, em Piracicaba, analisa a transição agroalimentar de transformação da alimentação, da produção agrícola de autoconsumo e das formas de uso dos recursos de subsistência (pesca, caça e coleta). Realizada em duas comunidades no remanescente de quilombo Kalunga, no extremo norte de Goiás, e na Ilha de Apeú Salvador, no Pará, com pescadores artesanais, a pesquisa teve como princípio investigar a influência do acesso ao meio urbano na alimentação e produção de autoconsumo das comunidades, além do papel das políticas públicas na transformação ou manutenção do campo. Em ambas as comunidades, não houve mudança nos hábitos alimentares, baseada em itens tradicionais locais, como peixes.

“Diferente da cidade em que essa transição vem substituindo produtos mais saudáveis por itens processados e industrializados, no campo e regiões mais isoladas as mudanças de hábitos e costumes alimentares, devido ao contato com a modernidade, são acompanhadas por transformações na produção de autoconsumo e atividades de subsistência, o que pode refletir tanto na manutenção da cultura quanto dos próprios atores locais”, revela o doutorando Rodrigo de Jesus Silva.

Nestas localidades foram aplicados questionários a respeito das condições básicas de vida e geração de renda, hábitos alimentares, tipos de roça e formas de uso dos recursos naturais de subsistência (autoconsumo). Além disso, foram coletadas unhas e algumas amostras de alimentos para análise isotópica, o que permitiu traçar a origem e o perfil da alimentação local, se era proveniente de itens produzidos e ou extraídos localmente ou na cidade, com mais carne de caça, peixe — de água doce ou marinha — se era rica em produtos naturais, entre outros. “Durante a convivência nessas áreas isoladas foi possível observar a correspondência dos relatos com a prática cotidiana de fato, o que chamamos de observação participante”, informou o pesquisador.

Desenvolvimento e demandas De acordo com o doutorando, tornou-se fundamental a compreensão dos impactos do processo de desenvolvimento socioeconômico e maior acesso às demandas da cidade nas comunidades estudadas. Diante disso, o estudo fornece subsídios às políticas públicas para uma tomada de decisão em que o global não se sobreponha ao tradicional local, pois as consequências do fenômeno de transição agroalimentar, recorrente nas comunidades tradicionais, representarão riscos de dilapidação dos arranjos culturais se

CONT.



nenhuma iniciativa — local ou externa — de empoderamento local for realizada. “A reafirmação dos costumes e o estímulo à autodeterminação por meio do incentivo ao trabalho tradicional possibilita às comunidades locais um maior ajuste adaptativo às mudanças ocasionadas pelo processo de desenvolvimento socioeconômico”, corroborou Silva.

Entre os resultados encontrados sugere-se que as políticas de transferência direta de renda, como bolsa família, aposentadoria, pensão por invalidez e morte, entre outras, precisam ser melhor implementadas, por influenciarem, significativamente, nas mudanças agroalimentares. “Porém, aquelas que incentivaram o trabalho tradicional local, como o PRONAF e o Seguro Defeso durante o período de desova na Amazônia, tiveram papel decisivo para a manutenção dos costumes e reprodução sociocultural local, possibilitando maior ajuste e adaptação às mudanças socioeconômicas globais”, finalizou o pesquisador.

Por meio desse estudo com comunidades quilombolas e de pescadores artesanais verificou-se que as localidades mais isoladas do meio urbano apresentam uma alimentação baseada, principalmente, em itens tradicionais locais, com hábitos alimentares mais complexos e diversificados do ponto de vista de produção agrícola de autoconsumo. Além disso, nos lugares em que se incentivam alternativas de articulação como o mercado, o estreitamento da relação entre o meio rural e urbano não ocasionou riscos de perda do modo de vida tradicional. Por outro lado, nas regiões em que tais medidas não foram implementadas, a tendência é que o maior contato com a cidade incrementalmente, cada vez mais, o processo de transição agroalimentar, o que pode colocar em risco a sobrevivência do modo de vida dos povos tradicionais.

Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a pesquisa foi realizada no programa de pós-graduação (PPG) em Ecologia Aplicada, interunidades Esalq/Cena, com orientação da professora Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello, do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES) da Esalq, e co-orientação do professor Luiz Antônio Martinelli, do Cena.